

Projeto de Educação Ambiental NEA-BC

***Processo nº
02022.000468/2015-66
COPROD/CGMAC/DILIC***

Março 2022



INTRODUÇÃO

Este relatório descreve as atividades desenvolvidas no período de março de 2021 a fevereiro de 2022 referentes à implementação do projeto NEA-BC, que atende às condicionantes específicas das Licenças de Operação estabelecidas pelo IBAMA das seguintes atividades: P-38/P-40, no Campo de Marlim Sul - RLO Nº 180/2001; P-43, no Campo de Barracuda - RLO Nº 416/2004; P-48, no Campo de Caratinga - RLO Nº 429/2005; P-50, no Campo de Albacora Leste - RLO Nº 537/2006; P-51, no Campo de Marlim Sul - LO Nº 805/2008; P-52, no Campo de Roncador - RLO Nº 685/2007; P-53, no Campo de Marlim Leste - LO Nº 792/2008; P-54, no Campo de Roncador - RLO Nº 695/2007; P-55, no Campo de Roncador - LO Nº 1208/2013; P-56, no Campo de Marlim Sul - RLO Nº 1040/2011; P-62, no Campo de Roncador - LO Nº 1243/2014; RG-3/ RG-4, no Campo de Roncador - RLO Nº 078/2000; PDET, Campos de Marlim Sul, Leste e Roncador - RLO Nº 684/2007; PDEG/ AMEG, Ampliação do Escoamento de Gás – Nº LO 596/2007; Atividade de Perfuração na AGBC - RLO Nº 782/2008; FPSO Cidade de Santos, Campos Uruguá e Tambaú, e Gasoduto Uruguá-PMXL-1 - LO Nº 941/2010; FPSO Cidade de Ilhabela, Campo de Sapinhoá - LO Nº 1274/2014; FPSO Cidade de Itaguaí, Campo de Lula - LO Nº 1307/2015; FPSO Cidade de Maricá, Campo de Lula - LO Nº 1327/2016; FPSO Cidade de Saquarema, Campo de Lula - LO Nº 1341/2016; FPSO P-66, Campo de Lula - LO Nº 1387/2017; FPSO P-74, Campo de Búzios - LO Nº 1439/2018; FPSO Pioneiro de Libra - LO Nº 1397/2017; FPSO Cidade de Niterói, no Campo de Marlim Leste - LO Nº 820/2009; FPSO Cidade de Paraty, no Campo de Lula - LO Nº 1157/2013; FPSO Cidade de Mangaratiba, no Campo de Lula - LO Nº 1263/2014; FPSO Cidade de Santos, Gasoduto Uruguá-PMXL-1 - LO Nº 941/2010; FPSO Cidade de Ilha Bela, no Campo de Sapinhoá - LO Nº 1121/2013; FPSO Cidade de São Paulo, no Campo de Sapinhoá - LO Nº 1120/2012.

1 – Nome do programa

Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) conduzido pelo Ibama.

2 – Número da região

O projeto NEA-BC é desenvolvido por meio de metodologias participativas junto às comunidades da área de influência da empresa em 13 municípios do Estado do Rio de Janeiro, na Região 05.

3 – Nome do projeto

O Projeto de Educação Ambiental Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC).

4 – Estados envolvidos e nomes dos municípios contemplados

A área de abrangência do projeto NEA-BC corresponde às localidades inseridas em 13 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Saquarema, estado do Rio de Janeiro, na região da Bacia de Campos e Santos.

5 – Recorte espacial com detalhamento e identificação de todas as localidades e comunidades

Quadro 1: Localidade e comunidades

Núcleos	Bairros/comunidades
Araruama	Centro, Iguabinha, Praia Seca, Morro Grande e São Vicente.
Armação dos Búzios	Rasa, Cem Braças, Geribá, Manguinhos, Maria Joaquina e Brava
Arraial do Cabo	Prainha, Monte Alto, Parque das Gaivotas, Praia dos Anjos, Figueira, Sabiá e Caiçara.
Cabo Frio	Unamar, Jardim Esperança, Monte Alegre, Boca do Mato, Centro, Vila Nova, Jardim Caiçara, São Cristóvão e Praia do Siqueira, Botafogo, Maria Romana, Maria Joaquina, Espírito Santo e Preto Forro, Paria do Siqueira, Gamboa, Tamoios, Ponta do Ambrósio e Passagem.
Campos dos Goytacazes	Farol de São Tomé (Farolzinho, Xexé, Vila do Sol, Centro, Rádio Velho, Vila dos Pescadores e Lagamar), Baixa Grande, Goitacazes e Joquei.

Carapebus	Ubás, Fundão, Centro, Morro do Oscar Brito, Praça Cordeiro, Assentamento João Batista Soares, Imbiú, Morrinhos, Botafoguinho, Sapecado e Córrego Grande
Casimiro de Abreu	Distrito Barra de São João: Peixe Dourado, Peixe Dourado 2, Vila Nova, Nova Barra, Centro e Bairro São João (Arroz)
Macaé	Lagomar, Parque Aeroporto, Fronteira, Miramar, Granja dos Cavaleiros, Nova Macaé, Frade, Glicério, Nova Holanda e Barreto, Centro, Visconde de Araújo, Aroeira e Imbetiba.
Quissamã	Santa Catarina, Sítio Quissamã, Alto Alegre, Matias, Centro, Barra do Furado, Machadinho, Caxias e Piteiras.
Rio das Ostras	Centro, Boca da Barra, Liberdade, Guaiamum, Jardim Mariléia, Ouro Verde, Terra Firme, Village, Atlântico, Âncora, Enseada das Gaivotas, Recanto, Extensão do Bosque, Cidade Beira Mar, Recreio, Nova Cidade e Cidade Praiana.
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana, Travessão de Barra, Praça João Pessoa, Boa Sorte, Coréia, Guaxindiba, Sossego, Santa Clara, Gargaú, Centro, Imburi de Campos, Volta Redonda, Nova Belém, Lagoa Feia, Barrinha e Deserto Feliz.
São João da Barra	Atafona, Centro, Grussaí, Cajueiro, Açú, Mato Escuro, Água Preta, Bajuru, Sabonete, Palacete, Alto do Cardeiro – Azeitona, Quixaba, Capela de São Pedro, Pipeiras, Vila da Terra e Barcelos
Saquarema	Bacaxá, Porto da Roça, Madressilva, Bicuíba, Jaconé, Retiro, Gravatá, Vila, Barra Nova e Serra do Mato Grosso.

6 – Relação cronológica dos eventos realizados

Seguem na tabela abaixo as principais atividades realizadas na região. Todas essas estão detalhadas no Anexo II – Planilha de Atividades.

Quadro 2: Municípios e principais atividades desenvolvidas entre mar/21 e fev/22.

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS ATIVIDADES
Araruama	<ul style="list-style-type: none"> - Formação para acolhida de novos participantes do projeto, a fim de receber novos SAEs e apresentar as ações realizadas pelo Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC em Araruama, com foco na mobilização social. - Grupo de estudo sobre orçamento público, com o objetivo de analisar o Plano Plurianual (PPA) do município e construir propostas para compor a peça orçamentária do período de 2022-2025.
Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da aplicação das legislações socioespaciais, com a finalidade de debater sobre os impactos da cadeia de produção da indústria do petróleo e gás, realizar o levantamento daqueles perceptíveis na realidade do município e monitorar a aplicação das legislações que regulamentam o uso e ocupação do solo em Búzios. - Seminário aberto à comunidade, por meio de <i>webinário</i>, para a construção e a disseminação de conhecimentos sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, sua relação com a revisão do Plano Diretor e outras ferramentas de planejamento para o desenvolvimento socioespacial,

	assim como os impactos da cadeia de produção da indústria do petróleo.
Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none">- Seminário aberto à comunidade, por meio de <i>webinário</i>, a fim de discutir sobre a temática do Plano Diretor e a participação social e criar propostas para elaboração de uma carta aberta para revisão do Plano Diretor de Arraial do Cabo.- Participação nas audiências de revisão do Plano Diretor e legislações de cunho socioespacial.
Cabo Frio	<ul style="list-style-type: none">- Formação aberta à comunidade, através de <i>webinário</i>, sobre a gestão dos resíduos sólidos em Cabo Frio, com a finalidade de construir e disseminar conhecimento sobre esta política pública municipal e fomentar a participação da população na gestão ambiental pública.- Ações conjuntas com demais PEAs de Cabo Frio para elaboração e apresentação de propostas ao orçamento público municipal.
Campos dos Goytacazes	<ul style="list-style-type: none">- Participação na audiência pública do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, com o objetivo de apresentar as propostas de emenda elaboradas pelos SAEs aos projetos de lei do Plano Plurianual 2022-2025 e da Lei Orçamentária Anual 2022 de Campos dos Goytacazes.- Representação no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento (COMAMSA), a fim de exercer o controle social por meio da aprovação da Resolução COMAMSA Nº 05, referente ao enquadramento de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento e outros procedimentos ambientais.
Carapebus	<ul style="list-style-type: none">- Participação na audiência pública do Plano Plurianual, para apresentar propostas de políticas públicas para melhorias da comunidade.- Representação no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Carapebus (COMMAC), com o objetivo de exercer o controle social por meio do debate e contribuições para as discussões relativas aos possíveis impactos ambientais ocasionados por empreendimentos no município.
Casimiro de Abreu	<ul style="list-style-type: none">- Grupo de estudo sobre a Linha de Ação C e as legislações mapeadas, visando a leitura e análise do Plano Diretor do município de Casimiro de Abreu.- Grupo de trabalho sobre orçamento público (LOA 2022) com a finalidade de elaborar propostas a serem apresentadas em audiência pública para aprovação da legislação orçamentária.
Macaé	<ul style="list-style-type: none">- Formação aberta à comunidade, por meio do grupo de estudos relativo ao Código Ambiental de Macaé, com o objetivo de instrumentalizar os sujeitos da ação educativa para atuação junto à administração pública municipal.- Diálogo com o poder público, através de reuniões com o Executivo e o Legislativo, para inclusão das propostas apresentadas pela Associação Raízes no Plano Plurianual de Macaé.
Quissamã	<ul style="list-style-type: none">- Participação na audiência pública sobre a revisão do Plano Diretor, a fim de exercer o controle social e acompanhar a revisão do documento. O GGL identificou suas propostas na minuta do Plano Diretor, como a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, a utilização das prioridades elencadas no Plano Diretor como prioridades nas leis

	<p>orçamentárias e outorga onerosa e de operações urbanas consorciadas.</p> <p>- Formação aberta à comunidade, por meio de <i>live</i>, com o tema “Políticas públicas para a manutenção da vida: a importância do SUS, do SUAS e da participação social”, com a finalidade de construir e disseminar conhecimentos acerca das políticas públicas de saúde e assistência social, assim como a importância da organização comunitária em tempos de pandemia e pós pandemia.</p>
Rio das Ostras	<p>- Representação na Comissão do Plano de Gerenciamento Costeiro de Rio das Ostras, a fim de exercer o controle social através da participação na construção do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro.</p> <p>- Representação no Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental (GIEA) para participar da construção do Programa de Educação Ambiental (ProMEA) de Rio das Ostras.</p>
São Francisco de Itabapoana	<p>- Participação na audiência do Porto Norte Fluminense, com objetivo de exercer o controle social e obter mais informações sobre o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da empresa Porto Norte Fluminense para implantação do Parque Termoeletrico Porto Norte Fluminense.</p> <p>- Participação no fórum de eleição do Conselho Municipal de Meio Ambiente para definir a composição do referido espaço colegiado, no qual a Associação Raízes conseguiu obter uma cadeira de representação.</p>
São João da Barra	<p>- Participação na audiência Pública da Gás Natural Açú (GNA) para apresentação do projeto e dos estudos ambientais da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e do Gasoduto de Integração Norte Fluminense (GASINF).</p> <p>- Participação na audiência pública do Plano Plurianual, com a finalidade de exercer o controle social por meio da participação e apresentação de propostas para o PPA 2022-2025.</p>
Saquarema	<p>- Formações abertas à comunidade, em formato de <i>lives</i>, com o tema orçamento público, a fim de construir e disseminar conhecimentos acerca do processo de planejamento, elaboração e execução das legislações orçamentárias, especificamente sobre o Plano Plurianual nos municípios.</p> <p>- Representação no Comitê Gestor para revisão do Plano Diretor, no qual o Grupo Gestor Local participou de todo o processo decisório de construção da minuta do documento, com apresentação e aprovação de propostas para o Plano Diretor municipal.</p>
Comissões Regionais	<p>- Representação no III Fórum da Sociedade Civil do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (CBHMO), com o objetivo de reunir a sociedade civil para o debate de temas relevantes para gestão dos recursos hídricos na Região Hidrográfica VIII (RH-VIII).</p> <p>- Representação da Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico na Comissão Eleitoral do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Lagos São João (CBH-LSJ), a fim de auxiliar no trabalho de revisão das documentações enviadas pelas entidades civis, usuários e poder público, conforme resolução do órgão, para comporem a plenária do CBH-LSJ durante o biênio de 2021-2023.</p>

7 - Análise sucinta sobre o desenvolvimento do projeto NEA-BC

Este relatório mostra a análise de resultados obtidos pelo projeto em sua IV Fase no período entre março de 2021 e fevereiro de 2022.

O projeto ancora-se em quatro objetivos específicos, conforme descrição abaixo:

1. Fortalecer a organização interna da Associação Raízes: **resultado 1** - Capacidade de gerir atividades formativas com as comunidades de forma transparente;
2. Fortalecer os Núcleos Operacionais (NOs) com condições para torná-los acessíveis e integrados à comunidade: **resultado 2** - Núcleos Operacionais com capacidade para atender as demandas dos Grupos Gestores Locais em relação a atividades formativas e pesquisas;
3. Construir e disseminar conhecimento sobre os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural a fim de fortalecer ações de participação comunitária na gestão socioespacial: **resultado 3** – Grupos Gestores Locais capacitados em relação aos impactos da cadeia do petróleo na dinâmica socioespacial;
4. Participar da gestão ambiental por meio do diálogo e acompanhamento na formulação e fiscalização junto ao poder público das políticas públicas que promovam equidade sobre as questões socioespaciais: **resultado 4** – Participação em espaços de controle social e alteração de políticas públicas junto ao poder público.

Com relação ao **objetivo 1**, em função da necessidade de distanciamento social por conta da pandemia causada pela covid-19, a sede e os Núcleos mantiveram-se fechados, assim como a equipe atuou na modalidade de *home office*. As ações elencadas no plano de comunicação (elaborado no Ano I em detrimento da pandemia) tiveram continuidade, nos seguintes eixos: adaptação das atividades educativas e mobilização ao modelo remoto; produção e disseminação de informações sobre a pandemia; realização de entrevistas e *lives* sobre os temas afetos ao projeto e criação de uma plataforma de educação à distância, num Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os equipamentos (tablets) e os chips de internet móvel distribuídos aos comunitários no Ano I permitiram a continuidade das atividades na modalidade remota, tanto as realizadas pelo projeto quanto as de controle social pelo poder público e espaços colegiados, conforme apresentado no decorrer deste relatório. Da mesma forma, os aplicativos e sites contratados (*Powtoon*, *Genially* e *Stream Yard*) para produção de material didático, peças de comunicação responsivas e realização de *lives* contribuíram para dinamizar as atividades internas e as de mobilização.

Os encontros trimestrais foram distribuídos em dois dias, a fim de conhecer e debater os resultados do projeto, capacitar a equipe e planejar ações estratégicas. Dos três encontros realizados, o primeiro teve como finalidade a criação de estratégias no âmbito da comunicação, por meio de uma oficina sobre o tema, com objetivo formativo para elaboração e divulgação de materiais pedagógicos e de mobilização, o que resultou em melhorias na atuação da comunicação para as atividades do projeto, sobretudo referentes ao Plano Diretor. É possível identificar mudanças na apresentação de conteúdos nas mídias sociais com imagens e textos adequados. Em relação às boas práticas apresentadas pela equipe de dois Núcleos, fomentaram o processo de debate e apropriação das metodologias pelos membros da equipe. Os demais encontros abordaram os impactos da indústria do petróleo e gás e a incidência nas políticas públicas como forma de mitigação. Ao correlacionar os impactos e as políticas públicas socioespaciais (Plano Diretor e setoriais) com o orçamento público, a equipe analisou formas de apresentação de propostas para o Plano Plurianual e, ainda, a utilização de indicadores e divulgação de dados dos monitoramentos do orçamento. As ações fomentaram a qualidade da apresentação de propostas para o PPA o que contribuiu para o aumento da aprovação, além de formas mais sintéticas e interativas de apresentação dos monitoramentos do orçamento (*Power BI*, *Genially*, carrossel para as redes sociais, quadrinhos) realizados pelos GGLs.

Ainda no campo da comunicação, foram publicadas 15 postagens nas redes sociais da Associação Raízes, a fim de divulgar as seguintes atividades: recrutamento de bolsistas para os municípios de Casimiro de Abreu, Cabo Frio

e Araruama; divulgação de equipamentos de comunicação distribuídos à comunidade (março/2021); convocação para assembleia ordinária para eleição da diretoria (abril/2021); seleção e chegada dos bolsistas ao projeto; divulgação do dia da Mata Atlântica (maio/2021); divulgação da participação na *webinar* sobre governança territorial com a participação de Kíssila Neves, vice-presidente da Associação Raízes (junho/2021); convite da presidente da Associação Raízes em formato de vídeo para a *live* sobre políticas públicas e saúde em tempos de pandemia e pós-pandemia (julho/2021); participação da equipe no Encontro Internacional de Educação Popular e Cidadania: Experiências e Desafios 2021, com a apresentação sobre organização comunitária e educação popular; divulgação da formação dos bolsistas em comunicação social (setembro/2021); realização do Ciclo Solidário; recrutamento de profissional para o cargo de AML em Araruama (novembro/2021); felicitações de Natal e ano novo; e agradecimento à comunidade por sua participação ao longo de 2021 e mobilização para participar das atividades da Associação Raízes em 2022 (dezembro/2021); e dois editais de recrutamento para AML de Búzios e comunicador social (fevereiro/2021).

Em relação ao Ciclo Solidário, a atividade não prevista aconteceu devido ao aumento do desemprego e da pobreza no país. A Associação Raízes realizou um mapeamento com objetivo de identificar comunitários em situação de insegurança alimentar, dificuldades com habitação e medicação. Como resultado, identificou-se 45 famílias em situação de vulnerabilidade e que necessitavam de apoio. Diante do cenário, após captação de recursos, em parceria com a responsabilidade social da Petrobras, todas as famílias foram atendidas com um cartão alimentação de R\$ 120 (outubro a dezembro/2021) e um GLP (dezembro/2021). A Associação, por sua vez, com parceiros pessoa física e jurídica, atendeu duas famílias com auxílio habitação para pagamento de aluguel (outubro a fevereiro/2021) e 14 com auxílio para compra de medicação (outubro a dezembro/2021).

No que se refere à transparência da instituição, a postagem da prestação de contas no sítio da Associação tem frequência mensal. A fim de cumprir o Plano de Trabalho e melhorar a transparência, no mês de março será postado o

relatório anual de atividades numa versão resumida para facilitar a análise dos resultados por parte dos participantes do projeto e da sociedade.

No que tange à realização do diagnóstico acerca dos impactos da indústria do petróleo e gás sobre as questões socioespaciais, foi concluído o levantamento dos impactos nos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dos empreendimentos da Petrobras. Os dados estão sendo tabulados em Excel, por município. Os impactos são descritos de forma generalista, o que dificulta a análise dos tipos e sua localização nos territórios. Desta forma, está em processo a revisão de literatura e a coleta dos dados secundários nas bases oficiais.

O grupo de pesquisa, atividade não prevista, iniciado no Ano I, com finalidade de ampliar e sistematizar a produção de conhecimento científico e saberes populares, manteve reuniões mensais com formação acerca das metodologias, técnicas e instrumentos de pesquisa. Além disso, os participantes definiram as respectivas linhas de pesquisa de interesse e acordaram reuniões mensais para os subgrupos e bimestrais para a plenária.

As ações realizadas com os bolsistas-estagiários englobaram a elaboração de um plano de trabalho que contemplou atividades formativas acerca do conceito de política, políticas públicas, impactos da indústria de petróleo e gás sobre as questões socioespaciais, comunicação e orçamento público. Para sua execução, os bolsistas realizaram sete grupos de estudos e oficinas sobre metodologia científica, comunicação social e orçamento público. Além disto, os bolsistas realizaram análise dos Diários Oficiais municipais, contribuíram no monitoramento do orçamento público e realizaram devolutivas nos Grupos Gestores Locais sobre as atividades das quais participaram.

As atividades de capacitação dos associados, elaboração dos documentos referentes à gestão da Associação (Código de Ética, Manual de Comunicação e Manual para Produção de Eventos) serão realizadas após o retorno presencial previsto para abril de 2022. A ida dos associados aos Núcleos para formação e avaliação será realizada no próximo trimestre.

Os resultados 2 relativos ao **objetivo 2**, buscaram fortalecer os Núcleos Operacionais tornando-os acessíveis e integrados à comunidade. Durante o período, a realização das atividades de manutenção dos Núcleos Operacionais,

a produção e divulgação de um curta-metragem, a disponibilização de 13 acervos de livros e um computador com acesso à internet para fomentar a pesquisa sobre políticas públicas aguardam o retorno das atividades presenciais para sua realização. No entanto, 104 GGLs receberam o equipamento tecnológico impulsionando o acesso à informação e a participação no projeto. Com relação ao curta-metragem, cujo roteiro prévio foi aprovado pela Petrobras e pelo IBAMA (Parecer Técnico nº 332/2018- COPROD/CGMAC/DILIC), ainda não há viabilidade para gravação das cenas.

Acerca da criação/atualização e disponibilização de arquivos de memória com ações e saberes dos GGLs, 12 municípios fizeram a atividade com o objetivo de registrar as trajetórias percorridas pelos Grupos Gestores Locais até então, assim como o conhecimento acumulado ao longo desse percurso. Os materiais foram elaborados em plataformas on-line como *Genially*, acervo físico em formato de *book* fotográfico, sites e vídeos. Os GGLs de Macaé, Rio das Ostras, Araruama, Arraial do Cabo, Saquarema, São Francisco de Itabapoana, Casimiro de Abreu e Quissamã optaram pela construção de um material aberto também para o público externo ao projeto de forma que as atividades pudessem ser divulgadas.

A mobilização da comunidade para as atividades do projeto ocorreu exclusivamente pelos meios de comunicação mediante postagens de notícias, materiais informativos e vídeos no Instagram, no Facebook e no site da Associação Raízes. O plano de trabalho prevê a realização de 58 mobilizações ao longo da IV Fase, e o ano II contou com 59 publicações com essa finalidade. Para alcançar esse quantitativo foram produzidos seis vídeos e elaboradas 53 notícias que contaram a apresentação dos objetivos do projeto e temas correlatos por meio de entrevistas, a convocação para as atividades como encontros, *lives* e *webinários*, informativo sobre agenda mensal dos GGLs, informações e ações preventivas quanto à covid-19 e divulgação dos espaços de controle social no qual o NEA-BC atua, como as Unidades de Conservação e Comitês de Bacias.

De forma geral, é possível afirmar que os Núcleos Operacionais, mesmo que durante o distanciamento social, mantiveram-se acessíveis à comunidade,

dado o intenso fluxo de mobilizações e notícias divulgadas. As atividades do projeto foram acessadas por meio das redes sociais, com aumento significativo de seguidores e acessos quando comparado a períodos anteriores. Em relação à visitação das redes sociais do projeto, no Facebook foram alcançadas 47.593 pessoas no período analisado; a rede possuía 2.574 seguidores em março de 2020 e 2.835 em fevereiro de 2021, apresentando um aumento de 261 seguidores. No Instagram, em fevereiro de 2021 existiam 830 seguidores e em fevereiro de 2022 o número subiu para 1135, um aumento de 305 seguidores. O site da Associação Raízes teve, de março de 2021 a 6 de fevereiro de 2022, 16.061 visualizações, feitas por 7.459 usuários. Destes, 90% foram de novos visitantes, ou seja, que estavam acessando o site pela primeira vez. As cinco páginas mais visitadas no site referentes ao projeto NEA-BC foram sobre a Associação Raízes e o próprio projeto (página inicial), as oportunidades de trabalho e três subitens da aba Pesquisa: o Painel de Indicadores do NEA-BC, os dados de saneamento básico de Cabo Frio (dentro de Panorama) e o Monitoramento da Câmara de Saquarema.

A média de participação nas atividades formativas, de representação e de controle social do projeto foi de 112 pessoas, enquanto o número de participantes ou de pessoas que se identificam como GGLs, interagindo por meio de ferramentas como WhatsApp, mensagem, ligação telefônica é de 197. Mesmo que sua atuação não aconteça de forma contínua, essas pessoas se reconhecem e fomentam as atividades do projeto. Ao todo, 26 novos participantes ingressaram no projeto, oriundos do convite dos GGLs, bem como da equipe. Também retornaram à participação dez pessoas.

No que diz respeito ao **objetivo 3**, foram realizadas atividades de formação, tanto para os Grupos Gestores Locais (mapeamentos, grupos de estudo e grupos de trabalho) como envolvendo o público externo (formações abertas, de acolhida e elaboração e divulgação de peças de educomunicação).

As formações para os membros dos Grupos Gestores Locais totalizaram 348 atividades, distribuídas entre reuniões de GGL, grupos de trabalho, grupos de estudo, oficinas temáticas e reuniões das Comissões Regionais do projeto NEA-BC.

As reuniões de GGL proporcionaram o alinhamento de informações, devolutivas das atividades executadas, planejamento das próximas ações e definição de estratégias de atuação nos espaços de representação e participação, de diálogo com o poder público e intervenção em políticas públicas municipais, bem como é nelas que acontecem a devolutiva das ações empreendidas pelos bolsistas. Todos os municípios realizaram reuniões de GGL, numa média de 16 atividades mensais e 195 encontros no total.

Outra atividade que proporciona a construção coletiva por meio da troca e disseminação de conhecimento são os grupos de trabalho (GT), cujo objetivo é construir, planejar e organizar de forma coletiva as ações do GGL. Essas atividades, realizadas em todos os municípios ao longo do ano, abrangeram temáticas e objetivos variados distribuídos em 23 reuniões para planejamento e construção de atividades abertas à comunidade, 27 grupos para elaboração de notícias e peças de comunicação (vídeos e materiais informativos), 14 encontros de alinhamento de estratégias para representações e participações, sete atividades de análise e construção de propostas a serem apresentadas ao poder público ou em espaços de decisão (como conselhos e conferências municipais ou Comitês de Bacia Hidrográfica), quatro atividades para organizar o monitoramento/acompanhamento das sessões da câmara de vereadores, três encontros para organizar o livro de memória, dois encontros de preparação de articulação entre PEAs, dois encontros para planejar a participação na revisão do Plano Diretor e duas atividades para atualização do dossiê de incidência política. Destacam-se aqui os GTs sobre orçamento público, que totalizaram 23 atividades, que abrangeram desde estudos sobre as peças orçamentárias até a elaboração de propostas para o Plano Plurianual. Ao todo, aconteceram 117 atividades, numa média de dez encontros por mês. O número representa um aumento de 125% em relação ao ano I, quando foram realizadas 52 GTs e destaca a importância da atividade para qualificação dos grupos.

Os 20 grupos de estudo também contribuíram nos processos de qualificação dos GGLs de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Quissamã e Saquarema, fomentando ou aprofundando o conhecimento sobre temas relevantes ao projeto como orçamento público,

estudos de documentos técnicos e qualificação para as ações de participação e controle social. Especificamente ao orçamento público, os membros do GGL de Araruama realizaram dois grupos de estudo e Quissamã fez uma série de quatro grupos de estudo que culminaram na realização de uma oficina de elaboração de propostas para o PPA. No que se refere aos estudos para atuação nos conselhos municipais, tiveram destaque os relacionados à atuação nos conselhos de meio ambiente, juventude, no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB) e no Comitê de Bacias Hidrográficas, totalizando 12 atividades. Com relação ao estudo de documentos técnicos, estiveram representados o Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA) em Arraial do Cabo e o estudo sobre a aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Plano Diretor de Armação dos Búzios, contribuindo assim com a preparação do GGL para a realização do *webinário* sobre o tema.

As formações aconteceram ainda por meio das oficinas temáticas, que totalizaram quatro atividades. Essa metodologia foi utilizada pelos GGLs de Quissamã e Arraial do Cabo com a finalidade de capacitar os grupos para atuação do orçamento público e pelo GGL de Macaé para trabalhar a produção de mapas interativos.

Quanto às Comissões Regionais, foram realizadas dez atividades. A Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico se reuniu para atuar no Fórum Eleitoral do Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João (CBHLSJ) e, sempre que necessário, para tratar informações e elaborar propostas e estratégias de atuação nas reuniões virtuais de câmaras técnicas, subcomitês, grupos de trabalho e a própria plenária do comitê. Ressaltam-se as atividades de preparação para atuar no GT sobre a transposição do Rio Una (GT Transposição) e para contribuir na elaboração de vídeos educativos na Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social (CTEACOM). Foram feitos um grupo de estudo sobre o edital eleitoral CBHLSJ para o biênio de 2021-2023 e uma formação sobre recursos hídricos, saneamento básico e a gestão das águas. A RECOM RH-VIII se reuniu duas vezes para alinhamento referente

à sua representação no Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras (CBHMO).

A meta elencada para as atividades formativas aplicada aos membros dos Grupos Gestores Locais era de 156 formações ao longo da IV Fase. Entretanto, esse quantitativo foi superado em 281% quando somadas as atividades realizadas nos anos I e II. Quando consideramos as atividades apenas do ano II, a meta inicial foi superada em 123%. É importante considerar ainda que essas atividades deram subsídios às ações que serão apresentadas a seguir e fomentaram o conhecimento e articulação entre os grupos.

Foram realizadas 14 formações abertas à comunidade, todas na modalidade on-line, no formato de *lives*, *webinários* e grupos de estudo, superando a meta estipulada para o período, que era de 13 atividades. Importa considerar que as *lives* são eventos abertos, ao vivo, transmitidos ao público em geral nas plataformas Facebook e YouTube do NEA-BC, enquanto *webinários* são eventos que requerem a realização de inscrição para participação e são realizados pela plataforma Google Meet. As formações foram realizadas pelos seguintes Núcleos Operacionais: Saquarema, por duas *lives* sobre “Orçamento Público e o Plano Plurianual” e um *webinário* sobre saúde e direito à água em tempos de pandemia e pós-pandemia; Arraial do Cabo, por uma *live* sobre os desafios das Unidades de Conservação presentes no município e um *webinário* que abordou o “Plano Diretor: instrumentos de participação popular na gestão do território”; Cabo Frio, por um *webinário* sobre a gestão municipal dos resíduos sólidos e uma *live* sobre o passivo ambiental da Praia do Siqueira, bairro do município; Quissamã, que promoveu uma *live* com o tema “Políticas públicas para a manutenção da vida: a importância do SUS, do SUAS e da participação social em tempos de pandemia e pós pandemia”; e Armação dos Búzios, por uma *live* para debater sobre ODS da Agenda 2030 e sua relação com a revisão do Plano Diretor e de outras ferramentas de planejamento para o desenvolvimento socioespacial, assim como sua relação com os impactos da cadeia de produção da indústria do petróleo. O GGL de Macaé realizou cinco grupos de estudo para debater o Código Ambiental do município.

Em média, os eventos abertos à comunidade tiveram entre 30 e 50 pessoas participando durante a sua realização e mais de 2.800 visualizações ao todo, somando os números do Facebook e YouTube¹. Em um parâmetro disponível no Facebook, é possível constatar o alcance desses eventos, no qual as *lives* sobre orçamento público em Saquarema e políticas públicas para a manutenção da vida em Quissamã alcançaram mais de 1.200 pessoas, enquanto os eventos desafios das Unidades de Conservação em Arraial do Cabo, passivo ambiental da Praia do Siqueira em Cabo Frio e ODS da Agenda 2030 e sua relação com a revisão do Plano Diretor e impactos, em Armação dos Búzios, alcançaram em média 300 pessoas.

A formação de acolhida tem como objetivo apresentar e contextualizar o projeto NEA-BC junto aos novos integrantes do Grupo Gestor Local, reingressos ou interessados em conhecer o mesmo. Para tanto, foram realizadas sete atividades nos Núcleos de Araruama, Armação dos Búzios e Saquarema, que contaram com a participação de 24 pessoas. Do total de novos integrantes, o GGL de Araruama recebeu dois comunitários no mês de julho, Armação dos Búzios recebeu um, enquanto Saquarema recebeu três, sendo um deles um antigo integrante afastado do projeto.

Acerca da elaboração de material informativo para disseminação de conhecimento, foram produzidas 18 peças de comunicação, em formatos variados como infográficos, cartilhas, manuais, boletins, vídeos, cartazes sobre o monitoramento da Câmara de Vereadores, divulgação dos PEAs, unidades de conservação, informação e representações nos comitês de bacia hidrográficas, manual das águas, conscientização/prevenção de doenças, a importância e as formas de participação social.

A atuação do projeto na Linha de Ação C da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010 a partir da IV Fase introduziu ações relacionadas diretamente com o estudo e a atuação nas questões socioespaciais dos municípios, como o mapeamento das legislações que interferem nas questões socioespaciais e os grupos de estudo sobre a Linha de Ação C e as legislações

¹ Dados coletados nas respectivas plataformas do NEA-BC em 16 de fevereiro de 2022.

mapeadas. Referente ao mapeamento das legislações socioespaciais, foram realizadas duas atividades em Quissamã, uma em Saquarema e uma em Carapebus para atualização, debate e deliberação junto ao GGL. Já os grupos de estudo sobre a Linha de Ação C contaram com 18 encontros, sendo 11 deles para análise do Plano Diretor e/ou suas legislações associadas, três sobre o Código Municipal de Meio Ambiente, dois para atividades desenvolvidas nessa linha, um sobre Planos de Manejo de Unidades de Conservação e outro sobre o Estatuto da Cidade.

Ainda no objetivo 3 está o Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças. Previsto para iniciar no ano III, o programa está em fase de elaboração, com redação e revisão do material educativo a ser utilizado nos encontros, levantamento e análise de currículos para composição do quadro de educadores para ministrar os encontros e análise e elaboração dos termos de referência para abertura de edital de contratação. Outras ações, como a elaboração do sistema de frequência/certificação, formulação de indicadores de monitoramento e avaliação, formulação do plano de mobilização e do sistema de inscrição estão em fase final de discussão e elaboração interna.

Como resultados não esperados, no período em questão o projeto NEA-BC participou de atividades relacionadas à construção e disseminação do conhecimento para as quais foi convidado. Os GGLs de Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã e São João da Barra participaram do Grupo Focal do Projeto Diagnóstico Socioeconômico realizado pela Print Comunicação. O GGL de Macaé participou de um curso de capacitação em gestão e planejamento ambiental promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o grupo de Farol de São Tomé/Campos dos Goytacazes, por meio de sua representante no Comitê Gestor do Projeto Orla do município, se fez presente em uma oficina introdutória do projeto “Brasil, essa é nossa praia”, produzido e vinculado pelo Ministério do Turismo. Já o GGL de Armação dos Búzios integrou o debate que aconteceu na *live* “Não à Transposição do Rio Una”, na qual um dos integrantes falou sobre os possíveis impactos geológicos causados pela transposição de efluentes para o Rio Una, com destaque para o risco de alagamento de grandes áreas ao redor da margem

do rio e da alteração da morfologia de sua foz. Por fim, a equipe Petrobras apresentou o Programa de Comunicação Social da Bacia de Campos (PCS-BC) nos 13 municípios nos quais o projeto atua.

Com relação às limitações e dificuldades encontradas, destacamos a manutenção das atividades em ambiente virtual, o que inviabilizou a realização de atividades como intercâmbios e visitas técnicas, que requerem o contato direto com outras realidades. As atividades de mobilização também sofreram o impacto do distanciamento social, ficando restritas ao contato pelas redes sociais e aos círculos de amizade dos GGLs. O tempo de distanciamento gerou ainda uma rotina cansativa em todas as relações sociais, inclusive no projeto, o que exigiu a elaboração de estratégias para dinamizar as atividades e manter os grupos mobilizados e atuantes, com materiais atrativos e motivadores.

O **objetivo 4** compreende ações de participação social e incidência política, por meio do diálogo entre a comunidade e o poder público, a fim de contribuir com a construção de pautas relacionadas à gestão socioespacial do território. Para esse fim, os Grupos Gestores Locais executaram 604 atividades, que englobaram a elaboração/atualização de dossiês das ações acerca das políticas públicas; notícias sobre as atividades de controle social e incidência política; monitoramentos e divulgações do orçamento público; peças de comunicação sobre as políticas públicas; ações conjuntas com instituições, movimentos sociais e demais PEAs voltadas para acompanhamento, monitoramento e incidência política; participações e representações em espaços de controle social; reuniões com o poder público; monitoramentos sobre a aplicação das legislações socioespaciais de acordo com as políticas públicas prioritárias e os impactos da cadeia da indústria do petróleo; e participações em revisões do Plano Diretor.

Os dossiês, registro da atuação dos GGLs na gestão ambiental pública, dão subsídio aos grupos na tomada de decisão quanto à participação social, representações e envio de propostas. Todos os municípios possuem dossiê e dez municípios fizeram sua atualização ao longo do ano II, num total de 30 atividades, referentes aos temas saneamento básico, Conselho de Meio

Ambiente, Conselho de Saúde, Plano Diretor, estratégias de incidência política e demais ações do GGL.

Com relação à produção de notícias sobre as ações de controle social e incidência política, o período contou com 43 publicações com conteúdo relativo às políticas públicas prioritárias e/ou legislação urbanística; o controle em relação à pandemia do coronavírus; as ações, intervenções e conquistas nos espaços de controle social/colegiados; as incidências políticas realizadas; as estratégias de controle social exercidas pelo GGL; as atualizações e propostas sobre o Plano Diretor e o monitoramento e funções dos poderes Executivo e Legislativo.

A partir do monitoramento do orçamento público foi possível identificar as movimentações e execuções relacionadas às políticas públicas prioritárias, o acompanhamento dos programas e ações, as metas e os gastos públicos. Os GGLs conheceram as fragilidades da aplicação do orçamento ou mesmo a sua não execução e indicaram propostas para compor as peças orçamentárias (LOA, LDO e PPA), com melhorias na gestão ambiental pública.

O acompanhamento do orçamento público gerou ainda materiais de divulgação como notícias, infográficos e plataformas digitais que propagaram as propostas elaboradas e apresentadas pelos GGLs, as propostas aprovadas e executadas e solicitações de transparência nos dados e materiais informativos referentes ao orçamento. Sobre esses, destacamos o Detetives do Orçamento Público, produzido pelo GGL de Cabo Frio, para apresentar as ações orçamentárias; o infográfico Planeje Macaé que explica a legislação e convida a sociedade civil para participar de sua elaboração; e o painel produzido pelo GGL de Saquarema na plataforma digital *Power BI*, com vistas a publicizar as despesas orçamentárias do município. As informações coletadas nos Portais da Transparência, Diário Oficial e nos sites das Câmaras e Prefeituras municipais contribuíram com a realização de 60 monitoramentos e 33 divulgações sobre o orçamento público, ultrapassando assim a meta estipulada para a fase que era de 52 monitoramentos e quatro divulgações, ao longo de 48 meses.

No que se refere as articulações com os PEAs, as equipes de coordenação do NEA-BC, do Territórios de Petróleo e da Petrobras se reuniram

com frequência trimestral, a fim de cumprir a solicitação 6 do Parecer Técnico nº 332/2018-COPROD/CGMAC/DILIC. Nas reuniões, as coordenações puderam detalhar as atividades de cada projeto e avaliar o risco de sobreposição. Como resultado das reuniões ficou concluído que o NEA-BC, por meio dos Grupos Gestores Locais, monitora os programas e ações do orçamento público voltadas para os impactos sobre as questões socioespaciais com foco no Plano Diretor e políticas setoriais, enquanto o Territórios produz pesquisas sobre as rendas petrolíferas e a transparência pública, com ação dos Núcleos de Vigília voltadas para políticas públicas diversas.

Outra forma de articulação com os PEAs e instituições da sociedade civil foi o monitoramento das políticas públicas, assim como proposição de melhorias, num montante de 76 atividades. As ações em conjunto com os PEAs FOCO, Territórios do Petróleo, Pescarte, Observação, Rema e Quipea aconteceram em todos os municípios, com exceção de Araruama e Saquarema, que não possuem esses projetos em seus territórios. As articulações foram diferenciadas de um município para o outro e contaram com reuniões de planejamento (por vezes aconteceu apenas entre as equipes), grupos de estudo e grupos de trabalho sobre as temáticas do orçamento público, saneamento ambiental, Plano Diretor e atuação nos espaços de controle social. Também foram realizadas reuniões com o poder público e instituições prestadoras de serviço tal como a Prolagos. Como principais resultados dessas articulações estão a solicitação ao poder público de retomada do grupo de trabalho da Câmara de Vereadores de São Francisco de Itabapoana para debater questões relativas à casa; a elaboração e encaminhamento de propostas para o orçamento público nos municípios de Rio das Ostras, Cabo Frio, Macaé, Campos dos Goytacazes e Carapebus; solicitação de transmissão on-line da audiência pública da LOA e do PPA em Macaé; estudo sobre as legislações socioespaciais em Cabo Frio; solicitação de audiência pública em horário acessível à participação popular no município de São João da Barra; análise do projeto de emenda que versa sobre o repasse dos Royalties do Petróleo ao Fundo de Meio Ambiente em Armação dos Búzios; e transposição do rio Una também em Armação dos Búzios.

Quanto à articulação com instituições da sociedade civil, realizou-se duas atividades, uma delas em São Francisco de Itabapoana onde o GGL reuniu-se com integrantes do Conselho Municipal de Juventude para debater sobre seu funcionamento e cobrar providências do poder público. A outra atividade aconteceu em Saquarema, quando o GGL articulou com instituições que fazem parte do Subcomitê do município para monitorar os recursos destinados ao saneamento básico e à prestação de serviço do projeto de monitoramento da qualidade da água das Lagoas de Saquarema e Jaconé.

As atividades de articulação ultrapassaram a meta prevista para a IV Fase que era de 52 ações conjuntas com instituições, movimentos sociais e demais PEAs e trouxeram conquistas no campo da incidência política. Ao todo foram encaminhadas 37 propostas para compor o orçamento público, quatro ligadas à alteração da legislação socioespacial e duas ligadas à participação social. Do total de 43 propostas de alteração de políticas públicas, três foram aprovadas.

A respeito das participações em espaços de controle social, o período contou com 86 atividades que possibilitaram o diálogo entre sociedade civil e poder público, oportunidades de intervenções e apresentação de propostas para melhoria das políticas públicas. Sua distribuição se deu da seguinte forma: 12 sessões da Câmara Municipal de Vereadores para monitorar os atos do legislativo; 36 audiências públicas que contaram com a apresentação de metas fiscais, de leis orçamentárias (LDO e LOA), de projetos de empreendimentos (ligados ao licenciamento ambiental) e de políticas públicas (programas e planos setoriais); duas conferências municipais, sendo a 3ª Conferência Municipal de Juventude em Cabo Frio e Conferência de Meio Ambiente em Arraial do Cabo, da qual o GGL participou da construção de propostas; uma consulta pública para a implantação da Unidade de Conservação da Lagoa do Taí em São João da Barra; uma reunião pública de apresentação do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro de Rio das Ostras (PMGC-RO) promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca; oito atividades de planejamento das legislações socioespaciais como o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e do Plano de Manejo da APA da Lagoa do Iriry; dois eventos,

sendo o *webinário* Territorialização e Aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o VII Fórum da Água e Juventude, realizado pelo Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Macaé e das Ostras, duas reuniões de alinhamento, uma com o Projeto Territorialização e Aceleração dos ODS da Agenda 2030 e a outra atividade que antecedeu a audiência pública para tratar da atividade de perfuração marítima na bacia de Sergipe-Alagoas - SEAL; e, por fim, o GGL participou de 22 atividades nos conselhos municipais, comissões e comitês.

Acerca das representações, espaços que dão direito à participação com voz e voto, a Associação Raízes encerrou o ano II com 32 assentos, 25 deles em nível municipal e sete em nível regional. Houve mudanças em relação ao ano I, com a saída das representações nos Conselhos de Saúde em Arraial do Cabo, Meio Ambiente em Armação dos Búzios e Políticas Culturais em Macaé. As novas representações aconteceram nos Conselhos de Juventude de Quissamã e Cabo Frio, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB) em Quissamã e o Conselho de Meio Ambiente em São Francisco de Itabapoana.

As reuniões de representação contaram com debates, estudos técnicos e construção de políticas públicas por meio da apresentação de propostas e monitoramento da execução de políticas públicas, somando 225 atividades. As representações dividiram-se entre os conselhos municipais, comitês e unidades de conservação, em âmbito regional e trouxeram resultados diretos na organização desses espaços, com a proposição de câmaras técnicas e comissões, deliberações acerca da política pública, elaboração e análise de legislações específicas. Além disso, por meio das representações, foram encaminhadas 18 propostas, sendo oito delas aprovadas e duas executadas. As propostas foram distribuídas da seguinte forma: nove no Conselho de Meio Ambiente, um no Conselho de Juventude, três no Conselho de Urbanismo e seis no Conselho de Saúde. As propostas executadas foram: a realização das atividades do Conselho Urbanismo na modalidade híbrida, possibilidade a

participação da sociedade, ao longo do período de distanciamento social no município de Quissamã e a realização da 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente com o objetivo de discutir a agenda ambiental de Arraial do Cabo com a população.

As intervenções nas políticas públicas se deram ainda por meio do diálogo com o poder público. Foram 21 encontros ao longo do ano II a partir dos quais permitiram a apresentação de 18 propostas de incidência política.

Com foco na Linha de Ação C da Nota Técnica do Ibama, foram realizados 16 monitoramentos da aplicação das legislações socioespaciais de acordo com as políticas públicas prioritárias dos Grupos Gestores Locais e os impactos da cadeia da indústria do petróleo, que envolveram os planos diretores e aspectos relacionados às políticas públicas prioritárias dos GGLs, planos municipais de saneamento básico, Lei de Perímetros Urbanos, Lei Orgânica, Plano de Habitação e Interesse Social, Lei de Zoneamento, Código Tributário e Lei da Transparência, entre outros.

Quanto à participação nos processos de revisão dos planos diretores, aconteceram 11 atividades, subsidiadas pela preparação prévia dos comunitários através do monitoramento das legislações que regulamentam os territórios, grupos de estudos sobre a Linha de Ação C e as legislações socioespaciais, com foco nos impactos da cadeia do petróleo. Ainda sobre o Plano Diretor, o GGL de Saquarema, integrante do Comitê Gestor para debate sobre a temática em seu município, requisitou o funcionamento do colegiado e encaminhou 11 propostas para o compor o plano, sendo aprovadas sete propostas que versam sobre a atenção às políticas de incentivo à atividade econômica rural e à pesca artesanal, fortalecimento da política de segurança pública e implementação de instrumentos de participação social. Também foram aprovadas as propostas encaminhadas pelo GGL de Quissamã, incluindo aí a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, utilização das prioridades elencadas no Plano Diretor como prioridades nas leis orçamentárias e outorga onerosa e de operações urbanas consorciadas.

Em Armação dos Búzios, o GGL encaminhou ofício solicitando a revisão do Plano Diretor municipal. A mesma solicitação foi realizada em Rio das Ostras,

por meio de proposta encaminhada ao Plano Plurianual. Já em Cabo Frio, o GGL tem acompanhado a revisão do documento por meio de uma comissão. Os sujeitos da ação educativa de Arraial do Cabo participaram de duas audiências públicas para revisão do Plano Diretor e acompanharam a inserção de propostas no novo texto da lei. Como resultado das ações junto aos Plano Diretores, seis municípios fizeram proposições de revisão do documento e quatro com sucesso.

Ao todo, foram apresentadas 345 propostas de melhorias das políticas públicas, englobando transparência pública, políticas para juventude, realização de conferência municipal, políticas públicas de mobilidade urbana, revisão de planos diretores, projeto de saneamento básico, plano municipal de saúde, propostas ao orçamento público municipal, realização de audiências públicas, criação de canal para orçamento participativo, melhorias para regimento interno de conselho, proposta de urbanização e retomada das atividades dos conselhos. O resultado apresentado ao longo do ano II é 231% maior que o previsto para a fase, que era de 104 propostas de incidências apresentadas.

Os resultados apresentam o engajamento dos comunitários e equipe do projeto, assim como de outras instituições da sociedade civil e PEAs para elaboração de estratégias de atuação. Das propostas apresentadas, 156 foram aprovadas e nove executadas. Além disso, foram executadas mais seis propostas, sendo quatro delas encaminhadas no ano I e II da III Fase, totalizando 15 propostas realizadas.

Para além dos resultados do projeto NEA-BC, as intervenções da sociedade civil nas políticas públicas municipais geram um impacto em suas comunidades quando promovem mudanças que afetam a todos, como a implementação do orçamento participativo, publicização de informações, implementação da Moeda Social, municipalização do trânsito, alteração das legislações socioespaciais. Dessa forma, a participação social dos Grupos Gestores Locais tem promovido o acesso de toda a comunidade às políticas públicas.

Dentre as dificuldades está a realização dos eventos locais e/ou regionais para deliberações de propostas de incidência política que aguardam o retorno às atividades presenciais para sua execução. Outra situação foi a retomada das

atividades nos espaços de controle social no formato presencial, algumas delas acontecendo exclusivamente nesse formato, como a eleição ou a posse em algumas representações. Em alguns casos, principalmente ligados a pessoas com comorbidade, não houve participação. Os GGLs se organizaram e mantiveram contato com o poder público para que as atividades ocorressem em formato híbrido, com êxito em alguns municípios como Armação dos Búzios e São Francisco de Itabapoana.

08 – Cronograma físico-financeiro

Anexo I – Relatório Físico-Financeiro

09 – Considerações Finais

Durante o Ano II da IV Fase do projeto NEA-BC foram realizadas 952 atividades, entre reuniões de GGL, formações para acolhida de novos participantes, grupos de estudo e de trabalho, formações abertas à comunidade, por meio de *webinários* e *lives*, oficinas, participação e representação em espaços colegiados, como audiências públicas, conselhos gestores municipais e comitês de bacia hidrográfica, reuniões com o poder público, para apresentação de propostas de melhorias de políticas públicas, monitoramento e divulgação do orçamento público, mapeamento das legislações que interferem nas questões socioespaciais no âmbito do município, participação nos processos de revisão de Planos Diretores municipais e ações conjuntas com instituições e demais PEAs voltadas para acompanhamento, monitoramento e incidência política.

As atividades foram ancoradas teórico-metodologicamente no Projeto Político-Pedagógico da Associação Raízes e os processos educativos divididos em diagnósticos, formativos e interventivos, com objetivo de compreender coletivamente as características das realidades locais e regionais, construir e disseminar conhecimentos sobre temas afins ao projeto e fomentar a intervenção para transformação social. Para tanto, foram executadas por meio de metodologias participativas, pautadas na educação ambiental crítica e na educação popular, de forma a permitir o diálogo, o processo de reflexão e ação dos grupos participantes, nos quais saberes científicos e populares tornam

possíveis o surgimento de novos saberes e formas de solucionar os problemas e transformar as realidades locais e regionais.


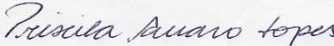


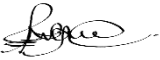

Por fim, as atividades educativas (diagnósticas, formativas e interventivas) voltaram-se para a mitigação dos impactos sobre as questões socioespaciais. Assim, os GGLs, com a mediação da equipe, mapearam as legislações, aprofundaram os conhecimentos acerca das realidades locais e das políticas públicas socioespaciais, bem como exerceram o controle social nos espaços colegiados e em audiências públicas com a apresentação de propostas de melhorias aos Planos Diretores e em políticas públicas setoriais.

10- Responsáveis pelo Projeto

10.1 – Responsável Institucional

INSTITUIÇÃO:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - UN-BC
Cristina Guerreiro de Meneses	Gerente Setorial SMS/LCA/MPL-E&P-FC/MPL-AGP

10.2 - Equipe coordenadora e responsável por este relatório

NOME	ÁREA PROFISSIONAL	CONSELHO REGIONAL	CADASTRO IBAMA	ASSINATURA
Sandra Rangel de Souza Miscali	Assistente social	CRESS 15517	6235906	
Priscila Amaro Lopes	Bióloga	CRBio 71553/02	5249831	
Fernanda Santos	Advogada	OAB/RJ 176.573	7257644	
Fabiana Reis	Historiadora	-	7255621	
Isroberta Rosa Araujo	Cientista Social	-	623939-3	
Willian Batista	Geógrafo	-	7813788	

Anexos

- Anexo I – Relatório Físico-Financeiro
- Anexo II – Planilha de Atividades
- Anexo III – Monitoramento dos resultados
- Anexo IV – Monitoramento das Propostas de Incidência
- Anexo V – Relatório Resumido de Atividades